

Universidade Federal de Juiz de Fora  
Instituto de Ciências Humanas  
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas

Fábيا Mucida De Martin

**ANTROPOLOGIA URBANA: ESPAÇOS PÚBLICOS E PRÁTICAS CULTURAIS URBANAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel.  
Orientadora: professora Rogéria Campos Almeida Dutra.

Juiz de Fora  
2025

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E  
AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Fábيا Mucida De Martin, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072011, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Antropologia Urbana: Espaços Públicos e Práticas Culturais Urbanas, desenvolvido durante o período de 22 de abril de 2025 a 12 de julho de 2025 sob a orientação da professora Rogéria Campos Almeida Dutra, ora entregue à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Fábيا Mucida De Martin

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar a Antropologia Urbana, suas implicações na sociedade brasileira e como os comportamentos sociais se manifestam quando diversas culturas se entrelaçam em uma mesma comunidade. A disciplina se concentra em estudar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas nas cidades, destacando questões como desigualdade, segregação, mobilidade social e a produção de espaços públicos. Ao analisar as interações entre diferentes grupos sociais, observa-se como práticas culturais, identidades e relações de poder se constroem e se reinventam no contexto urbano. Um dos focos está nas manifestações culturais das periferias, que frequentemente expressam formas de resistência, pertencimento e reivindicação de direitos. A Antropologia Urbana também investiga a influência das transformações urbanas, como gentrificação e expansão dos centros, sobre os modos de vida locais. No Brasil, a disciplina adota uma abordagem interdisciplinar, dialogando com áreas como a sociologia, a geografia e os estudos culturais para compreender a complexidade das cidades contemporâneas. Além disso, analisa como as expressões culturais e simbólicas contribuem para a formação das identidades urbanas, tanto nas áreas centrais quanto nas marginais. Assim, a Antropologia Urbana se revela essencial para refletir sobre os desafios e potencialidades das práticas culturais nos espaços públicos urbanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antropologia urbana; sociedade; metrópole; cultura; segregação.

## ABSTRACT

This paper aims to address Urban Anthropology, its implications in Brazilian society, and how social behaviors emerge when diverse cultures intertwine within a single community. The discipline focuses on studying the social, cultural, and economic dynamics of cities, highlighting issues such as inequality, segregation, social mobility, and the production of public spaces. By analyzing the interactions between different social groups, it becomes possible to observe how cultural practices, identities, and power relations are constructed and redefined in the urban context. One of the key areas of focus is the cultural manifestations found in the peripheries, which often express forms of resistance, belonging, and the struggle for rights. Urban Anthropology also investigates the impact of urban transformations—such as gentrification and the expansion of city centers—on local ways of life. In Brazil, the discipline adopts an interdisciplinary approach, engaging with fields such as sociology, geography, and cultural studies to better understand the complexities of contemporary cities. Furthermore, it explores how cultural and symbolic expressions contribute to the formation of urban identities, both in central areas and on the margins of the cities. Thus, Urban Anthropology proves to be essential for reflecting on the challenges and possibilities of cultural practices in urban public spaces.

**KEY-WORDS:** Urban anthropology; society; metropolis; culture; segregation.

## SUMÁRIO

Introdução.....	página 6
1: A antropologia urbana contemporânea.....	página 7
2: Antropologia urbana no Brasil.....	página 9
3: Estudo da antropologia discorrida nos espaços públicos nas metrópoles brasileiras.....	página 12
3.1: As diferenças advindas da separação entre cidadãos de diferentes classes sociais.....	página 13
3.2: O comportamento de cidadãos de diferentes costumes convivendo em sociedade.....	página 14
Conclusão.....	página 16
Referências bibliográficas.....	página 17

## INTRODUÇÃO

A antropologia surgiu no século XIX através de estudos guiados por intelectuais europeus acerca de povos que eles consideravam exóticos por não fazerem parte da mesma cultura europeia que eles. À medida que o objeto e o pesquisador foram tomando proximidade entre si, através da intensificação do comércio e da circulação de pessoas e mercadorias, a pesquisa tornou-se mais recorrente. No princípio do século XX os estudiosos passaram a se dedicar, a partir de uma perspectiva antropológica, ao estudo das chamadas metrópoles, que passam a exercer influência econômica, política e cultural sobre as sociedades contemporâneas concentrando um grande número de pessoas de origens e tradições culturais diversas no mesmo território.

Inicialmente, as cidades e metrópoles não eram o foco principal da Antropologia, que se concentrava nas sociedades rurais e nas minorias. No entanto, a partir do princípio do século XX, mudanças sociais e processos históricos, como os provocados pela Revolução Industrial, transformaram essas sociedades menores em grupos que, até hoje, mantêm um contato cada vez mais frequente com a população urbana e o avanço do progresso. Esse contato, de certa forma, impõe a cultura e os costumes urbanos aos povos de comunidades rurais, indígenas, entre outros. Diante dessa realidade, que se fortalece a cada dia, os pesquisadores passaram a perceber a necessidade de explorar novos campos de estudo, reconhecendo que a complexidade dessas metrópoles está em constante transformação, tornando-se um tema valioso para investigação.

A globalização foi um processo fundamental para as transformações sociais, possibilitando o contato entre pessoas de diferentes partes do mundo, mesmo estando a milhares de quilômetros de distância. Isso significa que, no Brasil, por exemplo, é possível conhecer e interagir com uma cultura chinesa, o que enriquece a diversidade de costumes entre os povos e cria uma complexidade nas metrópoles ao redor do mundo, tanto no aspecto cultural quanto social. Essa diversidade pode se refletir nas características pessoais, nas profissões, nas manifestações culturais e nos ideais dos habitantes das áreas urbanas.

As grandes cidades, enquanto centros multifacetados, refletem uma variedade de identidades e dinâmicas sociais. O historiador Michel de Certeau (1994) aponta que o cotidiano urbano é marcado por criações individuais, onde o espaço urbano é ressignificado. A Antropologia Urbana se baseia nesses processos a fim de compreender de que forma os indivíduos dentro de uma sociedade moldam e são moldados pela vivência nas cidades, especialmente nos espaços públicos.

O presente trabalho se baseia em uma revisão bibliográfica, com base em artigos acadêmicos e obras relevantes que abordam a questão do espaço urbano, culturas e dinâmicas sociais nas cidades. Diante disso, a pesquisa busca investigar de que maneira essas práticas expressam ações sociais, identitárias e simbólicas presentes na vida urbana. A opção por realizar uma revisão bibliográfica fundamenta-se na necessidade de um exame detalhado das produções acadêmicas relacionadas ao tema, com o objetivo de contextualizar a pesquisa dentro das discussões já consolidadas no campo da Antropologia Urbana, juntamente com a discussão acerca do uso dos espaços públicos como expressões das experiências urbanas contemporâneas.

## 1. A ANTROPOLOGIA URBANA CONTEMPORÂNEA

A antropologia urbana, estudando o ser humano em sua totalidade, social e culturalmente, oferece contribuições para o entendimento de políticas públicas e propostas para a sociedade; exhibe a dimensão humana da ciência, tecnologia e inovação; pesquisa as dinâmicas dos mecanismos identitários, de natureza cultural e política; debate a relação sujeito-objeto na pesquisa antropológica e debate o lugar da amizade e o protagonismo nativo no processo de construção do conhecimento antropológico.

A partir de estudos feitos por antropólogos e sociólogos, é possível a percepção da visão da antropologia urbana como uma área de pesquisa que se distanciou de uma abordagem essencialista e determinista da cidade. Em vez de ver as cidades como entidades que ditam as condições de vida dos indivíduos, a antropologia propõe entender a cidade como um campo dinâmico de relações sociais e culturais, no qual as experiências dos habitantes devem ser exploradas em sua complexidade e diversidade.

A etnografia, metodologia utilizada pela antropologia, que busca entender as práticas e interações sociais por meio de observação participante, entrevistas e trabalho de campo, enfatiza a importância de uma pesquisa próxima do objeto, ou seja, de um envolvimento direto com os indivíduos e grupos urbanos estudados. É capaz de se afirmar que a observação participante garante que a experiência dos sujeitos estudados seja captada de forma legítima. A ideia de estar próximo ao objeto de estudo implica um processo de imersão que permite ao pesquisador compreender a vida cotidiana de maneira profunda e individual.

As cidades são formadas por uma multiplicidade de identidades, relações e práticas sociais, não sendo viável sintetizar a cidade a um conjunto de processos homogêneos ou simplistas. A complexidade das interações sociais nas grandes metrópoles exige uma abordagem que considere essa pluralidade, sem reduzir a experiência urbana a estereótipos ou interpretações rudimentares.

Também observa-se como a cultura urbana é produzida e reconfigurada pelos seus habitantes, especialmente os grupos marginalizados e como as dinâmicas de exclusão, segregação e violência, que muitas vezes marcam a vida nas periferias urbanas, dificultam a vida e o contato e a socialização entre as pessoas que moram em periferias e pessoas que moram em bairros considerados privilegiados nas metrópoles. A antropologia urbana busca entender como, com esses processos de exclusão, as comunidades periféricas constroem formas de resistência e identidades próprias no interior dessas dinâmicas.

É factível acrescentar à observação acima o pensamento do sociólogo brasileiro José Guilherme Magnani:

“Verifica-se uma visão pessimista, que destaca frequentemente a questão da violência da criminalidade, os problemas urbanos como a “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência, etc.” (MAGNANI, 2002, p. 12).

Ao afirmar ser esta uma visão pessimista das cidades, ou seja, aquela que se atém aos problemas urbanos, este autor identifica as possibilidades que a investigação antropológica traz para a compreensão de seus conflitos, bem como do fenômeno da mudança social.

Ao investigar as práticas culturais, a segregação social, as disputas por espaço e identidade, e as dinâmicas do dia a dia, os antropólogos urbanos oferecem uma análise crítica da vida nas grandes cidades. Esse olhar permite destacar os desafios e as possibilidades que as metrópoles enfrentam na sociedade contemporânea, sugerindo alternativas para questões como desigualdade, mobilidade e engajamento cívico.

Além dessas contribuições, a antropologia urbana contemporânea tem aprofundado seus vínculos com campos interdisciplinares como a sociologia urbana, os estudos culturais e o urbanismo. Essa abertura favorece abordagens mais amplas e complexas sobre os fenômenos urbanos, incorporando temas como reconfiguração dos espaços públicos, mobilidades urbanas e a crescente influência das tecnologias digitais nas práticas sociais.

Ao redor do mundo, autores como Loïc Wacquant (2001), ao analisar os mecanismos de marginalização urbana e o “encarceramento da pobreza” em bairros periféricos de cidades como Chicago e Paris, contribuem para uma leitura crítica dos efeitos da desigualdade estrutural. Wacquant argumenta que “a atrofia organizada do

setor social e a hipertrofia do setor penal do Estado americano eram não somente concomitantes e complementares, mas ainda que elas visavam a mesma população estigmatizada à margem do salarido”, destacando a forma como o Estado neoliberal substituiu políticas sociais por estratégias penais. Essa convergência entre os setores social e penal molda diretamente o espaço urbano e influencia as práticas culturais nas periferias. Já Teresa Caldeira (2000), em "Cidade de Muros", explora como o medo, o controle e o discurso da segurança moldam os espaços urbanos em São Paulo, revelando a segmentação e o enclausuramento que caracterizam a urbanização neoliberal contemporânea. Segundo a autora, “na São Paulo contemporânea, o espaço público é o mais vazio e o uso das ruas, calçadas e praças é mais raro exatamente onde há mais enclaves fortificados, especialmente os residenciais”. Assim, a “fala do crime” e o sentimento de insegurança operam como forças sociais que reconfiguram as interações cotidianas e restringem o uso do espaço público, aprofundando a fragmentação urbana.

No contexto brasileiro, as pesquisas de Alba Zaluar (1994) sobre violência e sociabilidade nas favelas e de Raquel Rolnik (2015) sobre o direito à cidade e os impactos da financeirização do espaço urbano oferecem referenciais fundamentais para compreender as tensões entre urbanismo, política e resistência. Zaluar analisa como a violência e o tráfico de drogas afetam profundamente as relações sociais nas favelas, ao mesmo tempo em que reconhece essas áreas como espaços de criatividade e convivência: “a favela é mostrada como residência precária de pobres e excluídos e como microcosmo fecundo da genialidade popular”. Esse duplo olhar revela as complexidades das dinâmicas sociais nos territórios periféricos. Já Rolnik argumenta que “a financeirização do espaço urbano transforma a cidade em mercadoria, excluindo os mais pobres e restringindo o acesso aos espaços públicos”, denunciando os processos que deslocam populações vulneráveis e limitam o exercício do direito à cidade. Suas análises apontam como o modelo de desenvolvimento urbano vigente reforça desigualdades e amplia a fragmentação socioespacial nas metrópoles brasileiras.

Outro campo em expansão é o das expressões culturais nas periferias urbanas — como o hip hop, os saraus, o grafite e os coletivos de comunicação independente — que vêm sendo estudados como formas de resistência simbólica e reconfiguração do espaço urbano. Esses fenômenos, conforme argumenta Heloisa Buarque de Hollanda (2014), constituem formas de ativismo cultural que articulam estética, política e identidade. A escritora afirma que “as expressões culturais das periferias urbanas constituem formas de ativismo cultural que articulam estética, política e identidade”. Através dessas expressões, os sujeitos urbanos elaboram sentidos próprios sobre seu território, criando contranarrativas aos discursos hegemônicos sobre a cidade e sua ocupação.

Assim, a antropologia urbana contemporânea vai além da descrição da vida nas cidades: ela propõe uma leitura crítica das relações de poder, dos modos de produção do espaço e das formas de agência coletiva. Sua contribuição é central para a construção de uma cidade mais inclusiva, plural e democrática, onde as vozes historicamente silenciadas procuram espaço para emergir como protagonistas na produção da vida urbana.

## 2. ANTROPOLOGIA URBANA NO BRASIL

A antropologia chegou ao Brasil no final do século XIX, sendo trazida através de médicos e militares e foi influenciada pelos europeus, que deixaram registros valiosos ao passarem de viagem pelo nosso país, principalmente porque a antropologia já estava consolidada na Europa. Logo após a chegada da antropologia no Brasil, ainda era comum a presença da chamada visão “racialista” europeia, que influenciou em grande parte a visão pessimista que os intelectuais que se dedicavam a interpretar nossa sociedade tinham de nosso futuro, sobretudo porque os povos que aqui residiam se diferenciavam culturalmente dos povos europeus.

A antropologia foi considerada um importante ramo das ciências sociais a partir do ano de 1930, gerando grupos de pesquisa e estudo acerca da sociedade brasileira, e a cultura indígena foi fortemente estudada durante o período entre as décadas de 30 e 60, com os pesquisadores buscando defender a integração da população indígena à população nacional. Influentes antropólogos americanos marcaram o estudo da antropologia no Brasil até meados de 1960. Os pesquisadores tomaram como objeto de estudo os indígenas, negros, de cultura africana, e imigrantes.

Com o passar do tempo, no entanto, o campo da antropologia no Brasil passou por transformações importantes. A expansão das cidades, o aumento da migração do campo para os centros urbanos e as novas dinâmicas sociais exigiram um redirecionamento do olhar antropológico. Assim, além dos estudos voltados para sociedades indígenas e rurais, os pesquisadores começaram a voltar sua atenção para os fenômenos urbanos, reconhecendo nas metrópoles brasileiras um espaço igualmente complexo e merecedor de análise aprofundada.

Originalmente, a Antropologia concentrava-se no estudo das sociedades rurais e minorias, e não nas cidades e metrópoles. Contudo, a partir da década de 1940, transformações sociais e processos históricos, como a Revolução Industrial, modificaram as sociedades minoritárias, fazendo com que esses grupos, que antes eram mais isolados, passassem a ter uma interação cada vez maior com a população urbana. Esse contato frequente fez com que a população levasse sua cultura e costumes nas comunidades rurais, indígenas e outros grupos. Diante dessa realidade, que se torna mais evidente a cada dia, os pesquisadores perceberam a necessidade de explorar novos campos de estudo, reconhecendo que a complexidade das metrópoles, em constante evolução, exigia uma abordagem mais ampla e valiosa.

Em 1950 acontecia a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, e, logo depois, foi criada a Associação Brasileira de Antropologia, sediada na cidade do Rio de Janeiro, metrópole que abriga grande parte da população brasileira e milhares de culturas diferentes. Após a criação da ABA, se destaca também a criação de graduações e pós-graduações na área de antropologia social em diversas universidades ao redor do Brasil.

Nos anos 60, a Antropologia no Brasil começou a se voltar para o urbano, inicialmente com estudos de comunidades e, posteriormente, com pesquisas acerca da vida nas metrópoles, em contextos de migração do ambiente rural para o urbano e a marginalização que começava a ocorrer devido a esse êxodo que teve como principal causa a Revolução Industrial e o crescimento do capitalismo que desencadeou, conseqüentemente, o crescimento das metrópoles. A globalização, processo de integração econômica, cultural e social em escala global, também favoreceu, e ainda favorece, tanto a homogeneização quanto a diversidade cultural, exigindo novas abordagens para a compreensão da dinâmica nas metrópoles.

O cenário das décadas de 1960 e 1970 favoreceu o surgimento da Antropologia Urbana, já que esse período exigiu uma compreensão mais profunda para as mudanças que aconteciam na sociedade brasileira. Assim, a nova abordagem antropológica teve um papel significativo na construção desse pensamento nacional, consolidando-se como uma área importante dentro das Ciências Sociais. É importante destacar que a transição para essa “nova” antropologia não implicou uma ruptura com o estudo das sociedades indígenas, mas uma integração dessas duas abordagens.

Ainda na década de 1970, impulsionada pelo crescimento da urbanização e pelo contexto de coibição política, a Antropologia Urbana se fortaleceu, concentrando-se na análise da vida cotidiana nas metrópoles e nas questões sociais e culturais dos habitantes urbanos. Esse movimento objetivava dar voz aos grupos marginalizados, adotando abordagens como a observação participante. Ao longo das décadas de 70 e 80, a Antropologia Urbana no Brasil se firmou, ampliando seu campo de estudo e conquistando maior destaque nos debates sociais e acadêmicos.

Entre os nomes mais significativos da antropologia urbana brasileira destacam-se Gilberto Velho, Ruth Cardoso, Roberto DaMatta, Livia Barbosa e Hermano Vianna, que contribuíram com estudos sobre o cotidiano urbano, as relações sociais, os símbolos e rituais urbanos, além de práticas culturais populares nas cidades brasileiras.

Gilberto Velho (1945–2012), por exemplo, foi um dos pioneiros da antropologia urbana no Brasil. Sua obra "Individualismo e Cultura" (1981), explora a experiência urbana e as dinâmicas sociais em grandes metrópoles, com destaque para o Rio de Janeiro. Para o antropólogo, "a cidade é o espaço por excelência da heterogeneidade, da pluralidade de estilos de vida, de conflitos e negociações constantes entre diferentes projetos de mundo" (VELHO, 1981, p. 32). Ele também enfatizou o uso da etnografia como ferramenta essencial para compreender o cotidiano urbano e as subjetividades dos indivíduos em contextos marcados por desigualdade, marginalização e conflito.

Ruth Cardoso (1930–2008), professora e antropóloga, marcou a antropologia urbana brasileira no século XX com sua obra "A Aventura Antropológica", que destacava a importância de investigar o cotidiano urbano para entender melhor as complexas relações sociais que se desdobram nas metrópoles brasileiras, abordando que:

"É fundamental que a pesquisa antropológica dê espaço às vozes dos grupos marginalizados, cuja experiência urbana é marcada pela exclusão, mas que, paradoxalmente, também produzem cultura e formas inovadoras de sociabilidade." (CARDOSO, 1986, p. 132).

Nesse contexto, destaca-se também a contribuição de José Guilherme Magnani, que desenvolveu estudos fundamentais sobre a vida urbana contemporânea. Em sua obra Na metrópole: etnografias urbanas (2000), Magnani propõe uma leitura das cidades por meio do conceito de "circuitos de sociabilidade", que são os espaços e práticas através dos quais os indivíduos constroem vínculos, trocam experiências e expressam identidades. A partir de uma abordagem etnográfica atenta às dinâmicas locais, o autor demonstra como a cidade é composta por múltiplas redes de interação social que vão além das instituições formais, incluindo bares, feiras, centros culturais, igrejas e espaços de lazer. Seu trabalho contribui para pensar a cidade como um espaço vivido e relacional, cuja complexidade só pode ser apreendida pela imersão nos cotidianos urbanos.

Outro nome de destaque é o de Heitor Frúgoli Jr., que também se consolidou como uma das principais referências da antropologia urbana no Brasil. Com forte influência da tradição etnográfica, Frúgoli dedicou-se ao estudo das centralidades urbanas e das disputas em torno do uso e significação do espaço público. Em sua obra Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na vida urbana (2000), o autor investiga os diferentes modos de ocupação e representação do centro da cidade de São Paulo, abordando as tensões entre os grupos sociais, os projetos de intervenção urbana e os significados atribuídos aos espaços centrais. Seus estudos evidenciam como o espaço urbano é um campo de negociação simbólica e material, constantemente redefinido por agentes diversos. Frúgoli também tem contribuído para o debate sobre urbanidade, destacando as práticas e experiências dos sujeitos que habitam e (re)constróem a cidade em meio às desigualdades e às transformações sociais.

Durante as décadas de 1980 e 1990, com o fortalecimento da redemocratização e da expansão das universidades públicas, a antropologia urbana no Brasil se institucionaliza e se consolida como um campo de pesquisa respeitado, com linhas de pesquisa voltadas para temas como violência urbana, religiosidades nas cidades, consumo, juventude, gênero, identidade, territorialidade, além da cultura popular e midiática. Nesse período, novas gerações de antropólogos e antropólogas emergem com pesquisas localizadas em favelas, bairros populares, comunidades periféricas e outros espaços urbanos não hegemônicos.

Atualmente, a antropologia urbana no Brasil segue sendo um campo vibrante e plural, com estudos que dialogam com temas contemporâneos como a mobilidade urbana, as disputas por espaço público, os coletivos culturais, os movimentos sociais, a gentrificação, o racismo estrutural, o direito à cidade e as novas tecnologias na vida cotidiana urbana. Assim, a antropologia urbana brasileira contribui não apenas para a compreensão da complexidade das cidades, mas também para a construção de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis à diversidade sociocultural.

A trajetória da antropologia no Brasil evidencia um processo de adaptação e transformação diante das especificidades históricas, sociais e culturais do país. Inicialmente marcada por influências estrangeiras e por uma visão racista, a disciplina passou a desenvolver, a partir da década de 1930, uma abordagem mais voltada para

a realidade nacional, com forte presença nos estudos sobre populações indígenas, negras e grupos marginalizados. Com o avanço da urbanização e das transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970, consolidou-se um novo campo dentro da disciplina: a antropologia urbana.

Essa transição não representou uma ruptura com os estudos anteriores, mas sim uma ampliação do olhar antropológico para as dinâmicas complexas das metrópoles brasileiras. A partir desse momento, temas como marginalidade, mobilidade, territorialidade, religiosidade urbana, juventude e cultura popular passaram a integrar o escopo da pesquisa antropológica, com o objetivo de compreender os modos de vida, os conflitos e os significados produzidos no espaço urbano.

Dessa forma, a antropologia urbana no Brasil revela-se como um campo fértil e em constante transformação, atento às múltiplas formas de viver, resistir e criar nas cidades. Com isso, reafirma-se o papel da antropologia como uma ciência comprometida com a escuta, a compreensão e a valorização das diversas expressões culturais presentes no tecido urbano brasileiro.

Finalmente podemos notar o fim de uma era que marcava o olhar racista para com a sociedade brasileira, quando os estudiosos entendem que a mescla de culturas e costumes trata um processo histórico em desenvolvimento no nosso país.

### 3. ESTUDO DA ANTROPOLOGIA DISCORRIDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

A realidade urbana brasileira é marcada por profundas desigualdades sociais, espaciais e culturais. As metrópoles, enquanto centros de concentração populacional, econômica e simbólica, configuram-se como territórios de intensas disputas, convivências e exclusões. Neste capítulo, propõe-se uma análise antropológica dos espaços públicos nas grandes cidades brasileiras, considerando as dinâmicas sociais que ocorrem nesses locais a partir das interações entre diferentes classes sociais e grupos culturais.

A antropologia urbana oferece ferramentas teóricas e metodológicas para compreender como os sujeitos se apropriam, ocupam e ressignificam os espaços públicos urbanos, revelando práticas cotidianas que muitas vezes escapam às análises puramente estruturais ou econômicas. Nas ruas, praças, parques, terminais de transporte e demais espaços coletivos, é possível observar um campo fértil de expressões culturais, conflitos e negociações que traduzem a complexidade da vida urbana.

As metrópoles brasileiras não podem ser compreendidas de maneira simplista. Elas são compostas por uma diversidade de pessoas, culturas e práticas sociais que convivem juntas, mas nem sempre de forma integrada ou harmônica. Essas metrópoles apresentam grandes desigualdades, segregação espacial e diferenças culturais, entretanto também são espaços de trocas contínuas, adaptação e reinvenção. A cidade é um ambiente onde as identidades individuais e coletivas se constroem e se transformam a partir das vivências cotidianas.

A identidade urbana está inserida nesse processo, uma vez que revela como os habitantes das grandes cidades constroem suas identidades de forma flexível e em constante transformação, muitas vezes confrontando e negociando com as diversas influências culturais presentes. A cidade é entendida como um espaço de conflitos identitários, onde as pessoas buscam afirmar seus pertencimentos, mas também lidam com tensões e contradições relacionadas às suas origens sociais, étnicas, religiosas e de classe.

Do ponto de vista antropológico, o espaço público é entendido como um território simbólico e material onde diferentes grupos sociais interagem, disputam visibilidade e acesso, e produzem significados. Esses espaços, como praças, ruas, terminais, centros culturais, entre outros, funcionam como palcos da vida urbana, refletindo tanto os conflitos quanto as possibilidades de convivência.

Na antropologia os espaços públicos urbanos são analisados como arenas onde se expressam e se negociam as identidades individuais e coletivas. Nesses locais, as pessoas frequentemente se encontram em situações de confronto e diálogo, seja com outras culturas, práticas sociais ou com as próprias estruturas de poder que regem a cidade. A metrópole brasileira, marcada pela diversidade étnica, social e econômica, é vista pela antropologia como um lugar de constante transição, onde as identidades não são fixas, mas dinâmicas e fluidas, sendo construídas e desconstruídas a partir das interações diárias.

“A perspectiva antropológica buscava perceber este sujeito urbano não somente como um ator político que defendia uma ideologia, mas também um indivíduo que possuía um local de moradia, um trabalho, uma cultura e uma bagagem cultural específica: “tratava-se de conhecer como esses grupos urbanos organizam, classificam, representam, atuam e constroem o seu espaço e modo de vida dentro de um sistema urbano.” (MENDOZA, 2000, p. 191)”.

Além disso, a antropologia nos espaços públicos das metrópoles brasileiras também investiga as práticas culturais que surgem nesses contextos. Expressões artísticas, religiosas, políticas e de resistência são frequentes nesses locais, refletindo a criatividade dos grupos urbanos na busca por visibilidade, direitos e na afirmação de suas identidades em um cenário marcado pela desigualdade e exclusão. A convivência com a diversidade cultural e social no espaço público pode gerar tanto processos de integração quanto de resistência, evidenciando as complexas dinâmicas da vida urbana.

Ao longo da história urbana brasileira, marcada por processos como a escravidão, a migração interna e a urbanização acelerada, essas desigualdades foram se cristalizando no espaço físico e simbólico das cidades. A antropologia, ao considerar essas dimensões, permite uma leitura crítica e aprofundada dos modos de ser e viver nas metrópoles.

Assim, o estudo da antropologia nos espaços públicos das metrópoles brasileiras vai além da análise das interações diárias, proporcionando também uma reflexão crítica sobre as estruturas de poder, as desigualdades sociais e as maneiras pelas quais as identidades são construídas e transformadas nas cidades. A antropologia urbana é apresentada como um campo de pesquisa que pode ajudar a entender as múltiplas dimensões da vida

nas cidades contemporâneas, oferecendo uma perspectiva aprofundada das experiências cotidianas de seus habitantes.

Neste contexto, este capítulo se divide em duas partes. A primeira (3.1) discute as diferenças oriundas da separação entre cidadãos de diferentes classes sociais e como essa segregação impacta o uso e a percepção dos espaços públicos. A segunda (3.2) aborda o comportamento de cidadãos com distintos costumes e origens que convivem em sociedade, destacando os processos de interação, adaptação e, por vezes, de tensão e resistência.

### **3.1 AS DIFERENÇAS ADVINDAS DA SEPARAÇÃO ENTRE CIDADÃOS DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS**

É comum que surjam tensões entre diferentes grupos dentro de uma sociedade, seja nos âmbitos social, cultural ou político. Esses conflitos podem acontecer devido a disparidades econômicas, disputas por espaços urbanos, por maior visibilidade pública e por participação nos processos decisórios. A marginalização e a exclusão social, especialmente em relação aos grupos periféricos, são questões centrais que contribuem para o surgimento desses conflitos.

Nas metrópoles brasileiras, a segregação espacial é um reflexo direto da desigualdade social. Grupos mais empobrecidos, frequentemente oriundos de áreas rurais ou pertencentes a minorias raciais e étnicas, são historicamente deslocados para as periferias urbanas, distantes dos centros onde se concentram os serviços públicos, empregos formais e infraestrutura básica. Como aponta Milton Santos (1994), a urbanização no Brasil se deu de forma profundamente excludente, criando uma cidade dual, onde há uma nítida separação entre os “espaços de fluxos” — conectados à lógica do capital — e os “espaços de fixos” — onde vivem os grupos marginalizados.

Essa divisão impacta diretamente na qualidade de vida, nas oportunidades e nos direitos dos moradores das periferias. No entanto, esses processos de marginalização também provocam reações de resistência e adaptação por parte dos grupos excluídos, que visam reconstruir suas identidades e conquistar novos espaços na cidade, abrindo caminho para a reinvenção cultural com as comunidades urbanas buscando afirmar sua presença e voz no cenário urbano. Hermano Vianna (1987) destaca que essas expressões culturais não apenas reafirmam a presença desses grupos na cidade, mas também funcionam como ferramentas de disputa simbólica e política por reconhecimento.

A divisão entre classes sociais em uma sociedade também se reflete na visibilidade ou invisibilidade urbana, ou seja, no modo como determinadas populações e expressões culturais se tornam mais ou menos presentes no espaço urbano. Enquanto algumas identidades e culturas urbanas são valorizadas e amplamente representadas, outras permanecem à margem, lutando para serem reconhecidas e para que sua voz ou presença sejam legitimadas no cenário público. A invisibilidade de grupos sociais como moradores de favelas ou trabalhadores informais torna fundamental, para a antropologia urbana, a necessidade de dar voz a essas populações em seus estudos.

Além disso, a mobilidade social limitada é uma questão crucial na antropologia urbana. As classes sociais mais pobres, frequentemente confinadas às periferias ou áreas marginalizadas da cidade, encontram dificuldades consideráveis para melhorar suas condições de vida e acessar os espaços e serviços oferecidos pelas classes mais privilegiadas. Esse processo perpetua um ciclo de exclusão social, no qual o acesso a oportunidades de emprego, educação de qualidade e serviços de saúde de excelência é restrito a uma pequena parcela da população, enquanto a grande maioria enfrenta obstáculos estruturais para alcançar uma ascensão social real. A antropóloga brasileira Teresa Caldeira (2000) argumenta que as práticas de exclusão urbana, como o controle do espaço público por meio da vigilância e a proliferação de enclaves fechados (como condomínios e shoppings), reforçam a fragmentação das cidades e dificultam a convivência entre diferentes grupos sociais.

Na perspectiva antropológica, a separação entre as classes sociais, portanto, não se resume a uma desigualdade na distribuição de recursos materiais, mas constitui um processo de produção de hierarquias urbanas que moldam a cultura, a identidade e o pertencimento nas cidades. A análise antropológica permite

compreender como essa separação é vivida no cotidiano, revelando os conflitos, negociações e reinvenções que ocorrem nos espaços públicos urbanos.

### **3.2 O COMPORTAMENTO DE CIDADÃOS DE DIFERENTES COSTUMES CONVIVENDO EM SOCIEDADE**

As metrópoles ao redor do mundo funcionam como ambientes onde a cultura está em constante transformação. Elas não se limitam a ser espaços onde uma cultura dominante é imposta, mas constituem territórios de coexistência, negociação e conflito entre diversos grupos sociais, como imigrantes, classes populares, minorias étnicas, religiosas e culturais, entre outros. Esse processo de troca e adaptação cultural é considerado um elemento fundamental na formação das identidades urbanas.

A globalização e seus efeitos influenciam as relações locais e os modos de vida nas grandes cidades. A crescente interconexão e o fluxo de informações, mercadorias e pessoas têm um impacto profundo nas dinâmicas urbanas, tanto nos aspectos econômicos quanto culturais. Isso dá origem a novas formas de identidade, além de gerar novos conflitos, à medida que diferentes culturas se encontram e influenciam-se mutuamente. Néstor García Canclini (1997) discute a ideia de “culturas híbridas” para descrever esse fenômeno, no qual identidades locais e globais se entrelaçam, gerando novas formas de pertencimento e também de estranhamento. A urbanidade, nesse sentido, não é homogênea: ela abriga diferentes formas de ser, viver e habitar a cidade.

Essa multiplicidade de costumes e valores nem sempre resulta em harmonia. Ao contrário, a cidade é frequentemente cenário de disputas simbólicas e materiais por reconhecimento, espaço e legitimidade. Como destaca Gilberto Velho (1999), o cotidiano urbano é marcado por uma constante negociação entre o “diferente” e o “semelhante”. A convivência entre modos de vida distintos — por exemplo, entre moradores antigos e novos imigrantes, entre classes populares e médias, ou entre praticantes de religiões afro-brasileiras e evangélicas — pode gerar tanto aproximações quanto exclusões, dependendo das condições sociais e políticas envolvidas.

As atividades diárias e as experiências dos habitantes, especialmente nas áreas periféricas e marginalizadas, têm o poder de transformar a cidade e atribuir novos significados aos espaços urbanos. Os moradores, por exemplo, podem modificar bairros, ruas e praças conforme suas necessidades e vivências, gerando uma espécie de “apropriação cultural” do espaço que vai além de seu uso tradicional ou institucional. A apropriação do espaço urbano é uma das formas mais visíveis dessa convivência em transformação. Os habitantes, especialmente os das periferias e zonas de exclusão, transformam o ambiente urbano de acordo com suas práticas e necessidades cotidianas. Essa apropriação — que pode se dar através da construção informal, do comércio ambulante, da realização de eventos culturais ou religiosos — é uma resposta criativa e política à ausência do Estado e à tentativa de controle por parte das elites urbanas. Carlos Vainer (2000) analisa essa disputa como parte do “direito à cidade”, conceito que reconhece o papel ativo dos cidadãos na construção e na redefinição dos espaços urbanos.

Ao estudar as questões urbanas, a antropologia pode desempenhar um papel importante na transformação social. Ao amplificar as vozes dos grupos marginalizados e revelar as complexas dinâmicas da vida nas cidades, pode promover uma compreensão mais profunda das desigualdades sociais e culturais, além de contribuir para a criação de políticas públicas mais inclusivas sensíveis às realidades diversas que compõem o tecido urbano.

A convivência entre cidadãos com diferentes costumes, portanto, não é apenas um desafio a ser gerido pelas instituições, mas uma característica constitutiva da vida urbana. O homem brasileiro convive com ambiguidades e contradições, o que se reflete na forma como as diferenças são negociadas nas ruas, praças e outros espaços públicos. Entender essas dinâmicas é fundamental para pensar uma cidade verdadeiramente democrática, onde o pluralismo não seja fonte de exclusão, mas de construção coletiva.

O estudo da antropologia nos espaços públicos das metrópoles brasileiras revela um panorama complexo e multifacetado da vida urbana, marcado por desigualdades sociais profundas, mas também por processos contínuos de resistência, negociação e reinvenção cultural. A separação entre cidadãos de diferentes classes sociais não é apenas uma questão econômica, mas envolve a produção de identidades, a disputa por visibilidade

e a construção simbólica do espaço urbano, que refletem as tensões e contradições presentes nas cidades brasileiras.

A convivência de cidadãos com diferentes costumes, em meio à pluralidade cultural das metrópoles, evidencia a dinâmica híbrida e transformadora da cultura urbana. Essa interação, permeada por conflitos e alianças, traduz o caráter fluido das identidades urbanas e a constante adaptação dos grupos sociais às condições e desafios do ambiente urbano contemporâneo.

A antropologia urbana, ao dar voz aos grupos marginalizados e ao analisar as práticas culturais nos espaços públicos, oferece uma lente fundamental para compreender como as desigualdades estruturais se manifestam e são contestadas no cotidiano das cidades. Esse olhar permite também vislumbrar possibilidades de construção de espaços mais democráticos, inclusivos e plurais, em que a diversidade social e cultural seja reconhecida como um valor essencial da vida urbana.

Assim, compreender as dinâmicas sociais, culturais e espaciais das metrópoles brasileiras é indispensável para pensar políticas públicas que promovam a justiça social e a equidade, contribuindo para a transformação das cidades em lugares onde todos os seus habitantes possam exercer plenamente seus direitos e afirmar suas identidades.

## CONCLUSÃO

A antropologia urbana, ao analisar as práticas e dinâmicas presentes nos espaços públicos das cidades, oferece uma visão mais aprofundada das relações sociais e culturais que influenciam a vida urbana. Ao examinar as interações cotidianas, a apropriação dos espaços e os significados atribuídos por indivíduos e grupos sociais, podemos entender como a cidade se transforma em um ambiente de trocas e conflitos. Com o estudo das práticas urbanas, a antropologia também contribui para uma análise crítica das desigualdades sociais, das questões de segregação e das tensões que emergem nas interações entre diferentes grupos dentro da sociedade.

Os espaços públicos, mais do que simples áreas de tráfego ou consumo, desempenham um papel crucial na construção da identidade coletiva e na afirmação de direitos, especialmente para as populações marginalizadas. As práticas urbanas, por sua vez, destacam a capacidade das comunidades de reconfigurar a cidade, adaptando seus espaços e transformando-os em locais de resistência e afirmação cultural.

Ao enfatizar essas interações, a antropologia urbana não só enriquece nosso entendimento sobre as cidades, mas também fornece uma base teórica essencial para a criação de políticas públicas mais inclusivas, que valorizem a diversidade e a pluralidade das metrópoles. Dessa forma, este estudo contribui para o desenvolvimento de uma visão mais atenta e sensível às complexas realidades urbanas, além de destacar a importância dos espaços públicos na promoção da justiça social e da igualdade.

Autores como Gilberto Freyre ajudaram a lançar as bases para a compreensão das relações sociais e culturais no Brasil, especialmente no que diz respeito à formação da identidade nacional e às dinâmicas de convivência entre diferentes grupos. Já Gilberto Velho, ao explorar a diversidade e a complexidade das experiências urbanas, ofereceu importantes ferramentas para compreender as múltiplas racionalidades presentes nas cidades. Ruth Cardoso trouxe contribuições fundamentais ao refletir sobre os movimentos sociais urbanos e a atuação das camadas populares na construção de novas formas de cidadania. Por sua vez, José Guilherme Magnani aprofundou a análise das práticas culturais nos circuitos urbanos, revelando como os sujeitos ocupam e ressignificam os espaços urbanos a partir de suas vivências cotidianas.

Ao articular essas contribuições teóricas com os objetivos desta pesquisa, torna-se evidente que a antropologia urbana desempenha um papel crítico e transformador na sociedade contemporânea. Ela permite que pensemos a cidade como um organismo vivo, em constante disputa, onde diferentes culturas se entrelaçam, resistem e se reconfiguram. Mais do que uma simples ferramenta de análise, a antropologia urbana se posiciona como uma lente que revela as camadas invisíveis da vida social, questiona a naturalização das desigualdades e propõe novos caminhos para a construção de cidades mais justas, plurais e democráticas.

Além disso, refletir sobre os espaços públicos e as práticas culturais urbanas nos convida a repensar o próprio papel dos cidadãos na produção do espaço urbano. A cidade não é apenas um cenário onde a vida acontece, mas um campo de disputas simbólicas e materiais, onde se negociam direitos, pertencimentos e memórias. Reconhecer essa dimensão ativa da vida urbana é essencial para valorizar as formas alternativas de organização, expressão e resistência que emergem das periferias, das juventudes, dos artistas de rua, dos trabalhadores informais e de tantos outros sujeitos que constantemente reinventam a cidade a partir de suas margens.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua não apenas para o campo acadêmico, mas também para o fortalecimento de um olhar mais atento e empático sobre a diversidade urbana. Em tempos de crescente urbanização e de desafios sociais intensificados, a antropologia urbana revela-se como uma ferramenta indispensável para compreender a complexidade das cidades contemporâneas e para imaginar novos horizontes de convivência, solidariedade e transformação social.

### Referências bibliográficas:

- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.
- CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica: Teoria e pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DUTRA, R. C. A.; RIBEIRO, N. O. V. **Revista Teoria e Cultura: A Antropologia Urbana no Brasil**. Volume 8, número 1, p. 127–138, 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- FRÚGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na vida urbana**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MAGNANI, J. G. **De perto e de dentro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, volume 17, n. 49. São Paulo, 2002.
- MAGNANI, J. G.; TORRES, L. L. **Na metrópole**. São Paulo, 1996. 319 p.
- MENDOZA, E. S. G. **Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil: a década de 70**. 342 pp. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1994.
- VAINER, Carlos. “**Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**.” In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VIANNA, Hermano. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo: um estudo de violência urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.